

país, para alcançar o estrangeiro! Ontem, eu lembrava que S. Exa. tinha numa ocasião, na ordem do dia, 14 requerimentos de congratulações com autoridades e países estrangeiros! E, o que é assaz louvável é que S. Exa. privava, através de telegrama, da amizade do Rei Olavo V, da Noruega. De modo que, alcançar Lins, não é de se estranhar, porque S. Exa. é um deputado de gabarito internacional.

O SR. CARDOSO — Pelo aparte do nobre deputado Gilberto Siqueira Lopes, percebe-se que o nobre deputado Ariovaldo Roscio alcançou Lins "em passant", porque, segundo o meu ilustre apartante, S. Exa. faz política no mundo todo e arredores! (Risos.)

Mas o nobre deputado Ariovaldo Roscio, talvez esteja imitando o nobre deputado Leônicio Ferraz Júnior que, de tempos a esta parte, tem uma comovente dedicação a Tambau. Sei porque, como presidente da Comissão de Justiça, todos os projetos apresentados a esta Casa passam pelas minhas mãos, desde o instante em que dão entrada naquela Comissão. E, diga-se de passagem, a Comissão de Justiça está em dia. Tem em seu poder um pequenino número de projetos: 20 ou 30. Já examinou todos os outros.

O nobre deputado Leônicio Ferraz Júnior, apresentou projetos criando posto de assistência obstétrica em Tambau; faculdade de filosofia em Tambau; faculdade de medicina em Tambau; faculdade de engenharia em Tambau; faculdade de engenharia industrial em Tambau; posto volante de assistência médica em Tambau; grupo escolar em Tambau; ginásio vocacional em Tambau; outro ginásio industrial, cursos colegiais, escola normal e até mesmo um dos deputados da Comissão, dos mais ativos e daqueles que não deixam passar nada, o nobre deputado Francisco Amaral, indagou se já havia sido proposta a criação da universidade de Tambau!

Posso aferir do contentamento, da alegria que deve banhar a alma do povo de Tambau, com relação ao nobre deputado Leônicio Ferraz Júnior, que se transforma, de fato, no grande cavaleiro de Tambau. O nobre deputado Leônicio Ferraz Júnior, se lograr a aprovação de todos os projetos que apresentou a favor de Tambau, vai atirar ao esquecimento, obumbrar a figura augusta e saudosa do Padre Donizetti.

O Sr. Gilberto Siqueira Lopes — V. Exa. permite um aparte? — (Assentimento do orador) — E' apenas para dar um testemunho, embora nada tenha contra a atividade do nobre deputado Leônicio Ferraz Júnior. Uma ocasião, no "Diário de São Paulo", uma notícia referente a um protesto que fez a Câmara Municipal de Tambau contra essa enxurrada de projetos relativos àquela cidade.

O SR. CARDOSO ALVES — E' um caso sério. E agora, nobre deputado Gilberto Siqueira Lopes, a moda pegou! Nunca a Comissão de Constituição e Justiça examinou mais projetos do que no corrente ano. Posso dizer a V. Exa. e a V. Exas., Srs. deputados, que esta Assembleia apresenta, pelas várias mãos de vários parlamentares, quase sempre os mesmos, uma média de 60 projetos por dia! Objeto desses projetos: criação de assistência obstétrica domiciliar de urgência — o que deve estar dando uma grande tranquilidade às gestantes paulistas; todas elas, quando lêem o jornal, têm segurança absoluta de que terão maternidade para dar à luz! Não sei se este projeto é exequível. Postos de assistência médico-sanitária. Faculdades várias das mais diversificadas nuances técnicas, de letras, todas elas são apresentadas a granel para todas as cidades de São Paulo, pequenas, médias e grandes. Todas elas, a serem aprovados esses projetos, terão a sua faculdade! E agora surgiu uma nova modalidade de projeto. São os projetos criando conservatório dramático e musical! O nobre deputado Galileu Bicudo, ou deve ser dramaturgo, ou músico, ou teatrólogo ou regente de orquestra filarmônica, porque em toda a zona de S. Exa., que, aliás, se confunde com a minha em algumas cidades, S. Exa. pretende a criação de um Conservatório dramático-musical. Estou apavorado, porque as gerações que se sucederem nestes conservatórios serão tantas que tenho medo, pois não se verá possibilidades para os médicos, os advogados, os engenheiros, os operários e os agricultores! Tenho medo se a zona da ituana passar a produzir tantos músicos e teatrólogos! Mas projetos desta ordem, Sr. Presidente, de cunho demagógico, de cunho eleitoral, como lembrou o nobre deputado Gilberto Siqueira Lopes, determina a repulsa das camadas mais competentes da sociedade, e redundam em desprestígio para a Assembleia e em tumulto para a nossa legislação. E, indago: não teria sido o número de projetos demagógicos, inviáveis e inexequíveis que determinou a procrastinação de um projeto como este que está sendo examinado por mim neste instante e que versa sobre a aprovação de um contrato da mais alta importância, assinado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e a Estrada de Ferro Sorocabana? Não vêem os seus autores que esses projetos atravancam a nossa pauta, diminuem a Assembleia, que é levada ao exame de matérias as mais inconsequentes e irrelevantes, em detrimento de grandes projetos que existem, graças a Deus, nesta Casa, para orgulho do povo paulista e orgulho maior dos seus autores?

Deveríamos modificar o Regimento Interno, já disse e repito mais uma vez. Essas proposições que versam sobre criação de estabelecimentos de ensino, que versam sobre criação de estabelecimentos de saúde, deveriam ser analisadas em conjunto, uma só vez por ano, quando a comissão competente examinaria o conjunto e faria a proposta de um único projeto de lei, englobando todas as propostas anteriores, e teríamos um projeto de cunho substitutivo,

criando postos onde devam ser criados e não em Tambau, criando conservatórios musicais onde devam ser criados e não em Cabreúva, e assim por diante. Aliás, isso foi objeto de proposta de minha autoria, modificando o Regimento Interno e determinando essa unificação de projetos afins, com objetivos idênticos, para facilitar, em primeiro lugar, os trabalhos legislativos, para determinar, para forçar, para forçar a planificação administrativa, para planificar essas instalações de postos. Mas até hoje o grosso do Plenário tem feito ouvidos de mercador a essa pregação. Não quero prosseguir, causando os meus eminentes colegas com solicitações dessa ordem. Ai estão dois projetos de resolução, determinando a unificação desses exames por parte das Comissões Permanentes. Se os deputados quiserem aprovar, será uma medida da mais alta relevância e que facilitará sobremaneira os trabalhos desta Casa, determinando a planificação administrativa, por parte do Executivo, em concurso com a Assembleia Legislativa. Se não quiserem, vamos assistir à sarambada de projetos, criando ora postos de puericultura, ora postos de assistência médica e sanitária, ora ginásios, ora escolas técnicas, ora faculdades e conservatórios dramáticos só, ora conservatórios dramáticos e musicais, como pretendem os mais generosos, sendo que isso representa o congestionamento dos trabalhos legislativos, a demagogia e o desprestígio da Assembleia, o desprestígio do deputado na sua região, porque o povo identifica, à primeira vista, os projetos inexequíveis e demagógicos e, mais do que isso, representa o desperdício de dinheiro, com a publicação no "Diário Oficial" e, ainda mais do que isso, o desperdício de tempo, porque somos obrigados a examinar essas proposições inconsequentes.

Era o que tinha a dizer

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Luciano Nogueira Filho, que dispõe de uma hora.

O SR. LUCIANO NOGUEIRA FILHO — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados, não me arreceio de que se suponha que minha presença na tribuna tenha um sentido obstrucionista. Posso em minha casa os dois volumes da Comissão Brasil-Estados Unidos, que resumem e consubstanciam os resultados dos laboriosos estudos que essa Comissão empreendeu e têm sido tão relevantes para o desenvolvimento brasileiro. A edição deles tem mais de dez anos. De forma que, mesmo que este deputado permaneça uma hora na tribuna, não irá atrasar muito mais do que os dez anos em que o assunto tem dormido nas prateleiras, quer do Governo Federal, quer do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, quer do Governo Estadual, quer desta Assembleia Legislativa. Na verdade, esta Assembleia deve aprovar o projeto. Deve aprová-lo, sem tardança. O Brasil está a exigir providências dessa natureza, assim como a infra-estrutura do país. Sem transporte nenhuma nação se desenvolve.

Mais do que isso, esse projeto regulariza e legaliza o financiamento em cruzeiros, da produção nacional e os Srs. deputados devem saber que a grande dificuldade para a indústria paulista, sobretudo para a indústria de bens de produção, é a ausência de financiamento. E, muitas vezes, as indústrias brasileiras compram máquinas estrangeiras porque são elas financiadas a prazos de 8 anos, e por vezes mais. O que se compra, então, no estrangeiro, não é aquela maquinaria; compra-se na verdade o financiamento que no Brasil, no mercado interno, não vai além de um, de dois e de três anos no máximo, em condições excepcionais.

Neste caso, trata-se de financiamento para a produção de vagões nacionais para aparelhar a Est. de Ferro Sorocabana, que é a melhor carreadora de riquezas do interior de São Paulo para o consumo nacional e para exportação, como se demonstrou há pouco com a exportação de milho. E', portanto, uma medida de alta significação, e que se arrasta na Assembleia por tanto tempo.

Mas, medidas como esta têm que se inscrever num plano global de governo, porque se não decorrem de um plano global se arriçam a serem medidas que atendem somente aspectos unilaterais da economia brasileira. E sem o planejamento pode o governo, por vezes, concentrar seus esforços num setor que não é essencial, e abandonar outros de essencialidade muito mais premente.

Haja vista, por exemplo, que o porto de Santos está atendendo ao escoamento da produção brasileira em condições piores do que a Estrada de Ferro Sorocabana, e o mesmo exemplo que citei de exportação de milho foi um exemplo prático desta situação.

Mas, onde está o plano global do governo? Houve um recente Plano Trienal, que foi lançado com uma publicidade que não só o governo conquistou a opinião pública para o Plano Trienal como, mais do que isto, logrou conquistar a opinião pública para o sr. Celso Furtado que, da fama de Marxista-Leninista, passou a ser aceito como um economista moderno, um economista não ortodoxo, um economista a ver em profundidade a realidade atual brasileira.

Obtida esta grande vitória para o governo, que fez o governo? Arquivou o Plano Trienal e demite o sr. Celso Furtado. Este é um dos numerosíssimos episódios que poderiam ser aqui citados, para demonstrar que o governo não só não tem um plano econômico, não tem um plano para acelerar o desenvolvimento econômico brasileiro, como também não tem sequer um plano político que conduza e inspire a sua administração.

Isto que estamos a examinar vem desde o governo passado, vem de mais de 10 anos atrás. Providências atuais do atual governo não estamos a vê-las, e talvez seja bom que não se as veja, porque se houvessem seriam providências esparsas a ajudar ainda mais o caos em que se engalga a economia brasileira.

De forma que, no plano de sequências prioritárias — chamemo-las assim — de providências de interesse fundamental para a Nação, seria preciso que, em primeiro lugar, o governo tivesse um plano ou melhor, uma ideologia; em segundo lugar, que estabelecesse um plano de desenvolvimento, e, em terceiro lugar, que escolhesse os homens adequados para conduzir este plano.

O pior que pode acontecer ao Brasil, no momento, é estar numa encruzilhada em que não se sabe se o governo quer ir realmente para o chamado centro-esquerda, e nem se sabe a que extremos de esquerda deseja chegar o governo. Por vezes, parece que deseja chegar aos extremos mais afastados. Haja vista que conspiradores contra o regime alegam que recebiam ordens diretas do Sr. Presidente da República. Não se sabe se S. Exa. quer ficar na esquerda, se quer ficar no centro-esquerda ou se quer fazer concessões à direita.

Mas, pelo que se vê no momento, os homens mais chegados ao governo, ao Sr. Presidente da República, estão engolfados numa campanha de Brizola para Ministro da Fazenda. Talvez seja este o momento, talvez seja esta a ocasião de o governo definir-se, quer perante a opinião pública nacional, quer perante a opinião pública internacional.

E qualquer que seja a sua definição, ela será necessariamente útil ao Brasil, porque trará divisões de águas para que os democratas realmente saibam onde pisam e contra quem lutam, para que os marxistas, os leninistas e os esquerdistas de todas as denominações e profissões saibam quem são seus aliados e com quem contam para uma esquerda positiva ou para uma subversão castrista.

Mas, quem irá provocar essa definição? Será meu partido, por acaso, de quem tanto se exigiu uma definição, enquanto outros não se definiam? Outro dia, o Partido Democrata Cristão exigiu, deste deputado, uma definição, enquanto o Partido Democrata Cristão não se definiu entre os excessos da esquerda e o incenso da igreja.

Mas, na verdade, nem ao Partido Democrata Cristão cumpre definir-se, nem ao Partido Democrata Cristão cumpre a responsabilidade de definir a política brasileira, nem ao Partido Social Democrático, nem a qualquer outro partido. A quem cumpre, então, definir a política brasileira? Ao Sr. Presidente da República, de quem têm vindo todos os equívocos, todas as dificuldades para que os homens públicos brasileiros possam dar a sua contribuição, para a estabilidade do regime e para o desenvolvimento econômico do Brasil.

Penso que este momento é a hora crucial do Sr. João Goulart se definir e acreditar que S. Exa. agiria como um estadista se, convocando os seus amigos da esquerda, lhes anunciasse que o novo Ministro da Fazenda é o deputado Leonel Brizola. Mereceria, deste deputado, aplausos, essa decisão, porque acho que um governo que se conduz por métodos esquerdistas mais escolhidos ao "jour à jour", ao acaso, sem qualquer autenticidade, sem nenhuma ideologia, sem nenhum pensamento político consciente útil ao país, deve se definir e que se defina, que seja esquerdista e que nomeie Brizola para Ministro da Fazenda.

Acho um gesto coerente, um gesto lógico, um gesto louvável, o que não acho lógico, o que não acho, o que não é louvável é um ilustre lavrador de Amparo, ilustre representante das tradições paulistas e brasileiras, alardeadamente conservador, como o Professor Carvalho Pinto, ser o Ministro da Fazenda de um governo com cujos rumos, no íntimo, não pode estar concordando.

O Sr. Chopin Tavares de Lima (Com assentimento do orador) — Eu, desde o começo da oração de V. Exa., venho acompanhando com muita atenção e peço o aparte porque V. Exa., num momento, referiu-se ao meu partido e, logo depois, a meu ver, com alguns equívocos. V. Exa. fez um raciocínio político de cupula; ao Sr. Presidente da República cabe definir-se. V. Exa. fez uma crítica ao meu partido, como se ele não tivesse suas posições definidas. Eu gostaria de lembrar que divirjo de V. Exa., da opinião de V. Exa. Na verdade, quem deve imprimir os rumos políticos de uma nação é o povo e nós precisamos esclarecer o povo e não ficar em reuniões de cupula, supondo que deve ser feito isto ou aquilo. Divirjo de V. Exa., não obstante concorde com V. Exa. de que o Plano Trienal foi elaborado tecnicamente e, lamentavelmente, não foi cumprido. Mas não foi cumprido porque o povo não exigiu e nós, que aplaudimos o Plano Trienal, lamentavelmente estamos colocados em posição de cupula, não representamos autenticamente o povo, porque, se não, faríamos com que esse plano fosse executado. Era o aparte que eu desejava dar a V. Exa., nobre deputado.

O SR. LUCIANO NOGUEIRA FILHO — Nobre deputado Chopin Tavares de Lima, sou um admirador dos seus conhecimentos políticos, mas, nesta oportunidade, não posso aceitar suas afirmações.

Nós não estamos numa democracia direta. Os tempos da ágora grega ficaram perenes nos marmores, nas ruínas atenienses. Já se foram com o tempo. Hoje, de acordo com a técnica moderna, os países superpovoados exigem representação indireta. A democracia indireta é o sufrágio eleitoral. Nós somos os advogados do povo. O povo não pode agir diretamente; agimos, os representantes do povo, que estamos a representá-lo que estamos a falar em nome dele em todas as tribunas que se abrem à Nação.

Além disso, minha presença na tribuna não visa a criticar o seu partido. Critiquei o partido de V. Exa. tanto quanto o meu; aliás, critiquei-o muito pouco, porque o P.D.C. e P.S.D. merecem críticas contundentes, que não fiz. Citei apenas um exemplo, para ressaltar que ao Sr. Presi-

dente da República, nesta hora, como primeiro mandatário do povo, cumpriria definir a política nacional. Isto é, a política do governo, obviamente. A quem cumpre definir a política do governo? Ao Presidente da República, porque estamos num regime presidencialista. E S. Exa. não tem feito essas definições. Contemen o extraordinário, o imperdoável pecado de, certo dia, em São Paulo pronunciar um discurso num almoço em Marília, nitidamente democrático, que recebeu os aplausos da Nação inteira, para menos de 12 horas depois — que digo? — exatamente seis horas após, aqui, na Faculdade de Direito, fazer outro discurso, que não foi aplaudido pelo povo, que foi aplaudido pelos "pelegos" da esquerda! Que Presidente da República é este? Que camaleão é este, que muda assim, em poucas horas?

Esta é a hora de S. Exa. se redimir, até perante a posteridade, nomeando o deputado Brizola para Ministério da Fazenda, para traçar os rumos do seu governo, para se definir na luta contra o capital espoliador, para banir o capital estrangeiro do país, para fechar as empresas estrangeiras que aqui estão, para confiscar as empresas dos "tubarões", que estão a explorar o povo.

Por que não faz S. Exa. tudo que diz os seus discursos, que diz em palavras, para tatar captar a simpatia das massas mais igaras dan nação brasileira? Mas, quando chega a hora da decisão, conversa com o Sr. Carvalho Pinto, que é a antítese, que é o antipoda de sua política, como Ministro da Fazenda.

Defina-se S. Exa., porque a sua definição, além de recolocar os rumos do governo nos trilhos adequados, determinará a definição, já então, da opinião pública, através dos partidos, que, ora apóiam, ora se opõem ao governo central. O meu partido, por exemplo, o P.S.D., que muito critiquei, apelo para que rompa com seu governo, porque se aderir ao esquecimento do governo, terá, com esta nomeação do deputado Brizola, uma nitida tomada de consciência; entrará para a conscientização que atingiu, aliás, já, o P.D.C. E tomará consciência com a realidade, porque o governo é mesmo esquerdista. Se o P.S.D. também for para a esquerda, se apoiar governo da esquerda, então, este deputado sairá do seu partido, porque não concorda, porque acha um erro, porque acha um crime contra uma nação jovem como o Brasil que se pratique esta política de esquerda, que nem sequer tem o mérito de ser uma política de esquerda atual; é de uma esquerda romântica, que ainda vai buscar idéias de Revolução Francesa; que ainda é capaz de dizer, como Sorel, que "a propriedade é um roubo", outras idéias dessa ordem, definitivamente arquivadas na inteligência da humanidade.

Este projeto proporcionou-me manifestar idéias, que não representam, nem de longe, qualquer tipo de provocação ao governo federal, ao Sr. João Goulart, ou ao seu partido, o P.T.B..

Não é um pensamento sereno e honesto, porque creio que este é o caminho para o abismo do regime brasileiro. Porque foi quase assim que sofreram as democracias do centro europeu; Apenas lá as democracias dominavam os governos e permitiam que as esquerdas colaborassem se instalando dentro do Governo, e, por vezes, um Ministro comunista promovia a revolução comunista e a tomada do poder. No Brasil estamos em situação muito pior: temos um governo de esquerda, e forças democráticas em minoria se permitem colaborar com este governo de esquerda, e forças democráticas as providências esquerdizantes, fecham os olhos, não denunciam a nação essa política esquerdizante. Quando o Sr. Presidente da República encomenda cartilhas para ensinar ao povo idéias esquerdistas, as democratas se calam, porque querem conservar sua posição no Governo, porque querem nomear seus afilhados, porque querem comandar a política em municípios dos sertões brasileiros. Este é o drama que vive a nação brasileira. E' preciso que esta tal de conscientização alcance de fato os homens de responsabilidade, e não fiquem apenas nos "slogans" de esquerda, e que nós, democratas, aceitemos a palavra que tem um neologismo muito barato. E vamos tomar consciência de que a esquerda se apossou do governo enquanto os democratas fecham os olhos, e os homens de grande responsabilidade e de grandes tradições na democracia brasileira se mancomunam. Dai o perigo; porque silenciam na hora em que todos os menores passos do Governo, no seu intuito esquerdizante, deveriam ser denunciados perante a opinião pública, para que ela se levante e tome consciência de que esta nação está, realmente, em vias de sair dos trilhos e desambar para a esquerda, que no Brasil não é uma aventura para a esquerda, é uma aventura para o abismo.

O Sr. Gilberto Siqueira Lopes — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador) — Quero apenas um esclarecimento de V. Exa. Eu não entendi bem o seguimento do seu raciocínio. Eu perguntaria a V. Exa. se vê o Prof. Carvalho Pinto como homem que se presta, sendo conservador, à política esquerdista do Sr. Presidente da República, ou se para isso não se presta.

O SR. LUCIANO NOGUEIRA FILHO — Eu não estou aqui para julgar o homem Carvalho Pinto, a criatura Carvalho Pinto que, acredito — e faço justiça — ser bem intencionado. Faço essa justiça ao Sr. Carvalho Pinto, julgo-o muito bem intencionado. Acredito mesmo que talvez esteja convencido do sacrifício que está fazendo, e julga que esse sacrifício poderá ser útil ao Brasil. Lamento, entretanto, que ele esteja a praticar esse equívoco, pois o sacrifício dele não serve para coisa nenhuma. Ele é um Necker que volta ao ministério